

Senado pode tornar mínima a obstrução

Da sucursal de
BRASÍLIA

Pode ser que o regimento interno do Senado receba alterações para tornar mais ágeis os seus trabalhos de votação e inviabilizar a obstrução exercida com frequência pelas oposições. Só que essas alterações não serão tão amplas como desejam alguns vice-líderes governistas, pelo menos se prevalecer o consenso interpartidário, como parece que já está ocorrendo.

O primeiro ponto nessa luta foi conseguido pelo novo líder do PMDB, Humberto Lucena (PB): o líder da maioria, Nilo Coelho, concordou em sustar a tramitação do projeto de resolução apresentado pelo seu vice-líder José Lins (PDS-CE), para que a matéria seja previamente examinada por uma comissão formada por representantes de todos os partidos.

PRERROGATIVAS

O PDS, segundo denunciaram os oposicionistas, quer reduzir os expedientes de que hoje lançam mão as minorias para o bloqueio das votações, argumentando que o Senado parou e não consegue votar os projetos de empréstimos a Estados e municípios. São mais de 200 pedidos de empréstimos, que truncam importantes projetos sociais, dizem os governistas. Mas as oposições não concordam com as alegações e garantem que os recursos serão desviados para a campanha eleitoral do PDS. O desvio do dinheiro ocorreria direta ou indiretamente, já que a sua utilização em obras públicas favorece os candidatos governistas. E, ao lado disso, os representantes da minoria suspeitam de que muitos governadores e prefeitos acabam usando parte dessas verbas no financiamento direto dos seus correligionários.

Mas, ao mesmo tempo, os oposicionistas, com a exceção do senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES), não querem ser apontados como responsáveis pela suspensão de obras públicas ou até pelo seu cancelamento definitivo. Está neste caso o governo de Goiás, que conseguiu aprovar um projeto de rodovias alimentadoras junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, cuja concretização, no entanto, depende da aprovação pelo Senado do empréstimo em dólares dele decorrente. O prazo fatal imposto pelo BID vai até 15 de abril.

Na verdade, na maioria dos casos a obstrução decorre da atuação solitária de Dirceu Cardoso, o mais polêmico dos senadores e que agora se declara em greve total contra o Senado, recusando-se a usar os serviços da Casa, a ponto de levar para o plenário uma máquina portátil de datilografia. Cardoso é intransigente sobretudo com os pedidos de empréstimo, para ele inflacionários, e, sistematicamente, exige a verificação de **quorum** durante a ordem do dia, sabendo que vai conseguir êxito diante da também sistemática ausência dos senadores do PDS, que é o partido majoritário e dispõe de número suficiente para aprovar qualquer proposição.

Além desse expediente, o senador do Espírito Santo usa de outros recursos previstos no regimento, quando quer protelar as votações: discursa na discussão das proposições e, depois, no seu encaminhamento, fases que precedem à tomada dos votos.

O projeto do vice-líder José Lins pretende reduzir as possibilidades, hoje amplas, para a utilização de expedientes protelatórios, que vão até à justificação (ou declaração) de voto das matérias vencidas. As declarações, de acordo com o projeto, só serão aceitas por escrito, o que elimina a possibilidade, agora existente, de protelar a sessão com os discursos de cinco minutos franqueados a todos os senadores.

Mesmo que a limitação do prazo de 30 minutos dos discursos dos líderes no encaminhamento da votação venha a ser aprovada, passando para 20 minutos, basta que o Senado tenha, como agora, quatro líderes (PDS, PMDB, PTB e PT), para que, só aí sejam consumidos 80 minutos.

BERNARDINO

Não é só o projeto de José Lins que preocupa as oposições; também o do vice-líder Bernardino Viana (PI) não conta com a boa vontade da minoria. A proposição quer retirar do Senado a competência para aprovar os pedidos de empréstimo, maneira bem mais prática de evitar a paralisação da ordem do dia.

Os representantes da oposição dizem que o vice-líder governista recebeu o projeto da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, mas o senador contesta essa versão, embora, a esta altura, já saiba que a matéria não terá nenhuma possibilidade de êxito.

Além da posição contrária de toda a minoria, são muitos os senadores do PDS que não aceitam a perda dessa prerrogativa do Senado, uma das poucas que ainda restam ao Legislativo. Bernardino foi informado disso pelos que se opõem e já declarou publicamente não acreditar na aprovação do seu projeto. E, para desabafar, critica o de seu companheiro José Lins, dizendo que as alterações propostas não vão adiantar nada. Viana diz mais: que a aprovação dos projetos de interesse da maioria vão continuar mesmo na dependência do **quorum** mínimo — 34 votos —, único meio de conter o bloqueio oposicionista.